

O QUE É?

A **Mutilação Genital Feminina** ou **Corte dos Genitais Femininos** (MGF/C) compreende todos os procedimentos que, por razões não médicas, envolvam a remoção total ou parcial dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divide a MGF/C em quatro tipos:

- Tipo 1 (clitoridectomia): remoção parcial ou total do clítoris e/ou do prepúcio do clítoris.
- Tipo 2 (excisão): remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, podendo haver um corte dos grandes lábios (em Francês, o termo excisão abrange todos os tipos de MGF/C).
- Tipo 3 (infibulação): estreitamento do orifício vaginal com a criação de uma membrana selante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris.
- Tipo 4: todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos, por razões não médicas; por exemplo: punção/picar, perfuração, incisão/corte, escarificação e cauterização.

A MGF/C constitui uma grave violação dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e dos direitos das crianças. Por afetar exclusivamente meninas e mulheres, constitui uma forma de **violência de género**.

De acordo com a OMS, as razões pelas quais a MGF/C é praticada variam de região para região e alteram-se ao longo do tempo. Ainda assim, genericamente, associam-se a fatores socioculturais diversos que caracterizam as famílias e as comunidades.

As razões mais comuns para a prática e persistência da MGF/C relacionam-se com o facto de esta:

- constituir uma norma social, segundo a qual as mulheres e as suas famílias são ou não aceites na sua comunidade;
- ser encarada como parte importante do desenvolvimento de uma menina e da sua preparação para ser uma mulher;
- ser motivada por crenças relacionadas com a sexualidade e a fidelidade;
- estar associada a ideias de feminilidade e de higiene;
- estar relacionada com crenças religiosas;
- ser considerada uma prática cultural que deve ser preservada.

Na sequência da ratificação da Convenção de Istambul, o crime de Mutilação Genital Feminina autonomizou-se em 2015 (assumindo natureza pública), no artigo 144º A do Código Penal português.



DADOS ESTATÍSTICOS

Um estudo de prevalência da MGF/C, realizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, veio indicar que, em 2015, residiam em Portugal cerca de 6500 mulheres e meninas já sujeitas a MGF/C.

FONTE: Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação. Relatório Final. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/07/Relat_Mut_Genital_Feminina_p.pdf

QUEM É A VÍTIMA?

A MGF/C é realizada sobretudo em meninas entre os 0 e os 15 anos de idade.

A sua prática concentra-se em países da África, Ásia e Médio Oriente. No entanto, MGF/C é atualmente entendida como um **fenómeno global**, prevalente nas comunidades migrantes residentes em vários países do mundo.

As estatísticas indicam que cerca de 200 milhões de meninas e de mulheres já foram submetidas à MGF/C. Igualmente, estima-se que cerca de 68 milhões de meninas possam vir a ser sujeitas a esta prática, até 2030.

Na União Europeia, estima-se que, por ano, sejam cerca de 180 mil as meninas em risco de serem submetidas à prática de MGF/C.

Portugal encontra-se no grupo de países que as organizações internacionais consideram de risco elevado para a prática de MGF/C, no seio da Europa, pelo facto de residirem no país comunidades migrantes provenientes de países em que a MGF/C

é praticada. As comunidades originárias da Guiné (Guiné-Conacri) e da Guiné-Bissau apresentam-se como as de maior risco para a prática de MGF/C em Portugal.

Uma vez que a prática de MGF/C é criminalizada em Portugal, é frequente que ocorra durante os períodos de férias escolares, em deslocações das meninas ao país de origem (seu ou dos familiares).



DADOS ESTATÍSTICOS

Segundo o relatório da Direção-Geral da Saúde, com a análise descritiva dos registos de MGF/C, em Portugal:

- Entre abril de 2014 e dezembro de 2017, foram efetuados 237 registos de MGF/C;
- Em 80% dos casos, a prática de MGF/C foi efetuada até aos 9 anos de idade;
- Existe uma predominância de casos realizados na Guiné-Bissau e na Guiné (Guiné-Conacri);
- As práticas de MGF/C registadas foram realizadas fora do território português;
- As complicações registadas nos casos identificados foram: obstétricas, psicológicas, uro-ginecológicas e relacionadas com a resposta sexual.

FONTE: Mutilação Genital Feminina - Análise dos casos registados - 2014 a 2017. Disponível em <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/mutilacao-genital-feminina-analise-dos-casos-registados-na-pdsrse-pp-2014-a-2017.aspx>.

matéria de infância e juventude têm vindo a desenvolver procedimentos especializados de intervenção em situações de MGF/C, sendo que as escolas e os estabelecimentos de saúde constituem locais privilegiados de identificação e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) entidades de intervenção e prevenção.

Em situações de emergência, deverá contactar-se o 112. A apresentação de queixa pode ser efetuada junto de uma esquadra da Polícia de Segurança Pública, de um posto da Guarda Nacional Republicana ou diretamente nos Serviços do Ministério Público.

A APAV disponibiliza apoio especializado às vítimas de MGF/C. Em concreto, a APAV, através da Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD), presta apoio às vítimas, fornecendo informação acerca dos direitos, procurando respostas, de acordo com as necessidades específicas apresentadas, ajudando na elaboração das queixas ou no correto encaminhamento e apoiando na superação do impacto sofrido pelas vítimas. O apoio é gratuito e confidencial.

Poderá contactar a APAV:

- Pela Linha de Apoio à Vítima - 116 006 | chamada gratuita | dias úteis das 08h às 22h;
- Através de qualquer Gabinete de Apoio à Vítima da APAV (contactos em https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/contactos);
- Através da Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD) da APAV | 21 358 79 14 | uavmd@apav.pt.

QUAL O IMPACTO?

A prática da MGF/C frequentemente resulta em **graves complicações físicas e psicológicas** e em **severas limitações à sexualidade e saúde das meninas e mulheres vítimas**.

Segundo a OMS, podem ser elencadas:

- **Consequências imediatas**, como: dor severa; hemorragias; febre; infeções; problemas urinários; problemas de cicatrização; ferimentos ou infeções nos tecidos adjacentes; choque; morte.
- **Consequências a longo prazo**, nas quais se poderão incluir: complicações urinárias e ginecológicas; cicatrizes e queloides; problemas na resposta sexual; aumento do risco de complicações no parto; necessidade de cirurgias na idade adulta; problemas no funcionamento psicológico (nos quais se incluem depressão, ansiedade e stress pós-traumático).

Para além do impacto físico e psicológico, a MGF/C manifesta-se também ao nível da **consciência social e de comunidade**,

levando a que meninas e mulheres aceitem submeter-se a tais práticas, por temerem a rejeição, por parte da sua comunidade, da sua família e de um futuro marido.

QUE APOIO ESTÁ DISPONÍVEL?

As situações de MGF/C permanecem ocultas, deixando vítimas e potenciais vítimas em situação de enorme vulnerabilidade, de risco real para a saúde e sem o apoio adequado. A **ocultação e persistência deste fenómeno** está associada aos motivos já abordados, dificultando a procura e o acesso a apoio. Podem, nesta matéria, destacar-se: questões culturais, sociais e/ou religiosas; desconhecimento relativamente aos direitos e aos recursos de apoio existentes; barreiras linguísticas.

A intervenção de organizações da sociedade civil tem sido fundamental. Existem, em Portugal, várias associações de migrantes dos países praticantes que são, no seio das comunidades, recursos fundamentais na procura de apoio.

As entidades com competência em



RECURSOS APAV

www.apav.pt/uavmd
www.infovitimas.pt
www.apav.pt/folhasinformativas